

Carta de Apresentação

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a BFC SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. ("Companhia") apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório da Auditoria Independente;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre saliente que a Administração da Companhia é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorções.



Documento assinado digitalmente
FRANCISCO ENRICO OLIVEIRA CANAZART
Data: 06/03/2026 15:27:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO ENRICO OLIVEIRA CANAZART
Diretor de Contabilidade

**LUIZ FERNANDO
MESSIAS**

BISPO:88279820868

Assinado de forma digital por
LUIZ FERNANDO MESSIAS
BISPO:88279820868
Dados: 2026.03.06 15:33:04
-03'00'

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO
Contador CRC 1SP105235/O-6

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da **BFC SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“Companhia”)** relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A **Companhia** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 10 de outubro de 2024, conforme Ofício 28485/2024-BCB/Deorf/GTSP3, publicado no DOU, edição 197, seção 3, página 151, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE, em 11 de fevereiro de 2025, sob nº NIRE 26300052407.

A **Companhia** é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

A **Companhia**, com base prevista no artigo 42, parágrafo 5º, da Resolução BCB 2/2020, apresenta suas demonstrações, do exercício findo em 31/12/2025, sem comparação com períodos anteriores.

A Diretoria



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da
BFC SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **BFC SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BFC SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à “Companhia”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da “Companhia” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da “Companhia” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “Companhia” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Companhia” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “Companhia” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Companhia”.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Companhia”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Companhia” não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2026

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP013744/O-1

SIDNEY REY

VENEZIANI:18929346804

SIDNEY REY VENEZIANI

CONTADOR CRC 1SP061028/O-1

Assinado de forma digital por SIDNEY
REY VENEZIANI:18929346804
Dados: 2026.03.05 17:34:24 -03'00'

VALDECIR DE

OLIVEIRA:12310489808

VALDECIR DE OLIVEIRA

CONTADOR CRC 1SP174801/O-1

Assinado de forma digital por
VALDECIR DE OLIVEIRA:12310489808
Dados: 2026.03.05 12:45:04 -03'00'

Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025

Valores em R\$ mil

Ativo	dez/2025
<u>CIRCULANTE</u>	
Disponibilidades	<u>1.086</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.086
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.100
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados	<u>3.650</u>
Livres - Carteira Própria	3.650
Títulos de Renda Fixa	2.115
Cotas de Fundos de Investimentos	1.535
Outros Créditos	<u>112</u>
Impostos e Contribuições a Compensar	112
Total do Ativo Circulante	<u>5.948</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
Imobilizado, Líquido	<u>9</u>
Total do Ativo não Circulante	<u>9</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>5.957</u>
<u>Passivo</u>	
<u>CIRCULANTE</u>	
Outras Obrigações	
Contas de Pagamentos	361
Cobrança e Arrecadação de Tributos	14
Obrigações Sociais e Estatutárias	160
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	79
Obrigações com Fornecedores	28
Obrigações Trabalhistas	<u>18</u>
Total do Passivo Circulante	<u>660</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	
Capital Social	5.118
Reservas de Lucros	<u>179</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>5.297</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>5.957</u>

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Demonstração de Resultado

Em 31 de dezembro de 2025

	Valores em R\$ mil	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	587	894
Operações de Crédito	57	75
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	272	420
Lucros em Operações de Venda e/ou Transferências de Ativos Financeiros	258	399
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21	0
(-) Provisão para Riscos de crédito	21	0
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	608	894
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(361)	(497)
Rendas de Prestação de Serviços	82	135
Despesas de Pessoal	(138)	(139)
Outras Despesas Administrativas	(250)	(409)
Despesas Tributárias	(55)	(84)
RESULTADO OPERACIONAL	247	397
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	247	397
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(12)	(58)
Imposto de Renda	(6)	(37)
Contribuição Social	(6)	(21)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	235	339
Quantidade de Ações ON Integralizadas	5.000.000	5.000.000
Lucro/(Prejuízo) por ação	0,04701	0,06780

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2025

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
Resultado Líquido do Período	235	339
(+/-) Outros Resultados Abrangentes da Instituição:	0	0
Resultado Abrangente do Período	235	339

Valores em R\$ mil

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2025

Mutações do Patrimônio Líquido	Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldos em 30 de junho de 2025	3.071	0	0	104	3.175
Integralização de Capital Inicial	2.047	0	0	0	2.047
Lucro/(prejuízo) líquido do período	0	0	0	235	235
Destinações:					
Reserva de Lucros	0	17	162	(179)	0
Remuneração do Capital	0	0	0	(160)	(160)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.118	17	162	0	5.297
Saldos em 11 de fevereiro de 2025	0	0	0	0	0
Integralização de Capital Inicial	5.118	0	0	0	5.118
Lucro/(prejuízo) líquido do período	0	0	0	339	339
Destinações:					
Reserva de Lucros	0	17	162	(179)	0
Remuneração do Capital	0	0	0	(160)	(160)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.118	17	162	0	5.297

Valores em R\$ mil

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Em 31 de dezembro de 2025

Valores em R\$ mil

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	235	339
(+) Provisão para Riscos de Crédito	(21)	0
Lucro Líquido Ajustado	214	339
Variações nas contas do Ativo e Passivo		
(Aumento)/Redução de Operações de crédito	1.130	0
(Aumento)/Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.100)	(1.100)
(Aumento)/Redução de Títulos e Valores Mobiliários	(1.531)	(3.651)
(Aumento)/Redução de Outros Créditos	(81)	(112)
Aumento/(Redução) em Contas de Pagamento	361	361
Aumento/(Redução) em Cobrança e Arredação de Tributos	8	15
Aumento/(Redução) em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	25	79
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	18	46
	(1.170)	(4.362)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	(956)	(4.023)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(9)	(9)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	(9)	(9)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital integralizado	2.047	5.118
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.047	5.118
Aumento/(Redução) líquido no caixa e equivalentes a caixa	1.082	1.086
Demonstração do aumento/(redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes a caixa no começo do período	4	0
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	1.086	1.086
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.082	1.086

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Informações sobre a Companhia

A **BFC SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“**Companhia**”), é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco. A **Companhia** tem como objeto social, a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

A **Companhia** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 10 de outubro de 2024, conforme Ofício 28485/2024-BCB/Deorf/GTSP3, publicado no DOU, edição 197, seção 3, página 151, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE, em 11 de fevereiro de 2025, sob nº NIRE 26300052407.

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Financeiras da **Companhia** estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.910/21 do CMN e da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da **Companhia** e foram por ela aprovadas em 29 de janeiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir:

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da **Companhia**. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

2.3. Capital social

O investimento efetuado na **Companhia** pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada

capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

2.4.Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A **Companhia** avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

2.5.Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada exercício e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

2.6.Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

3. Principais práticas contábeis

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

- **Provisão para riscos de crédito:** Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é

calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos exercícios de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 4966/2021.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social:** em 2025 a administração optou pelo Lucro Real anual as taxas de 15% e 10% adicional para Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.
- **Apresentação das Demonstrações Financeiras:** A **Companhia**, com base prevista no artigo 42, parágrafo 5º, da Resolução BCB 2/2020, apresenta suas demonstrações, do exercício findo em 31/12/2025, sem comparação com períodos anteriores.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

<u>Descrição</u>	<u>dez/25</u>
Depósitos Bancários	1.086

5. Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivados

<u>Descrição</u>	<u>Categoria</u>	<u>dez/25</u>
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados		
Livres		
Títulos de Renda Fixa	Negociáveis competitivos	2.115
Cotas de Fundos de Investimentos	Negociáveis competitivos	1.535
		<u>3.650</u>

6. Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social – Lucro Real Anual:

<u>Descrição</u>	<u>EXERCÍCIO/2025</u>
Resultado do período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	398
(+/-) adições/exclusões	
(-) Juros sobre o Capital Próprio	(160)
Lucro Real/(Prejuízo Fiscal)	238
Imposto de Renda - alíquota de 15%	35
Imposto de Renda - alíquota adicional de 10%	2
Total do Imposto de Renda	37
Contribuição Social - alíquota de 9%	21
Total da Contribuição Social	21

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da **Companhia** é de 5.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,02 (um real e dois centavos) cada, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido do exercício da **Companhia**, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela **Companhia**, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da **Companhia**, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

8. Gerenciamento de riscos

Estrutura de gerenciamento de risco operacional, mercado e crédito A **Companhia**, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a **Companhia** conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

Risco de mercado: Os instrumentos financeiros da **Companhia** são classificados como carteira de negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da **Companhia**.

Risco de crédito: O processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado de fornecedor terceiro. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.

Risco de liquidez: A **Companhia** trabalha com níveis de liquidez ("colchão") para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa.

Risco operacional: A análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades da **Companhia**, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes. Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos.